

## A reprodução ideológica da desigualdade de gênero: uma aproximação da concepção de ideologia de Lukács ao conceito de domesticação do trabalho

### The ideological reproduction of gender inequality: an approach to Lukács conception of ideology and the concept of the domestication of work

Marilya Paula Almeida Marques<sup>1</sup>

Lívia de Siqueira Martins<sup>2</sup>

#### Resumo:

A discussão sobre o papel da mulher em uma sociedade de classes exige a compreensão do desenvolvimento histórico-dialético do capitalismo, revelando a complexa rede de controle social exercida sobre os sujeitos históricos. A exploração da mulher é intensificada pelo capital, sendo sustentada por desigualdades sociais promovidas ideológica e materialmente. O ponto de partida da análise é a subjugação dupla da mulher no mundo do trabalho, determinada tanto por fatores econômicos quanto pelo controle moral cotidiano, resultando na desvalorização de sua presença no mercado. A dupla jornada e a naturalização do trabalho doméstico revelam uma lógica capitalista que relega às mulheres tarefas não reconhecidas como produtivas, mesmo diante da exigência de inserção no mercado com menor valorização e remuneração. Utilizando os textos de György Lukács e Friedrich Engels, o estudo parte da origem da divisão do trabalho e da propriedade privada para compreender a formação das desigualdades de gênero. A partir da concepção de ideologia de Lukács, busca-se evidenciar como as ideias se cristalizam materialmente no sistema sócio-histórico. Por fim, com base em Frigga Haug e Eleanor Leacock, discute-se como o trabalho doméstico feminino foi historicamente desvalorizado. Conclui-se que apenas uma transformação estrutural das relações sociais pode superar as contradições de gênero no capitalismo.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Desigualdades sociais; Subjugação da mulher; Trabalho doméstico.

#### Abstract:

The discussion on the role of women in a class-based society requires an understanding of the dialectical-historical development of capitalism, revealing the

---

<sup>1</sup> Professora de Direito da Faculdade Mais Palmeiras de Goiás, discente do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Jataí, membra do Grupo de Pesquisa Críticas do Direito e Desigualdades Sociais, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás. Professora Substituta no curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0633083385773518>, Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7405-6974>. E-mail para contato: marilyapaula@hotmail.com

<sup>2</sup> Discente do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Jataí, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás, Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, lattes: <http://lattes.cnpq.br/4576922420307902>, Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4012-4493>. E-mail para contato: [liviadesiqueira@gmail.com](mailto:liviadesiqueira@gmail.com).

complex network of social control exerted over historical subjects. The exploitation of women is intensified by capital and is sustained both ideologically and materially through the perpetuation of social inequalities. This analysis begins with the double subjugation of women in the world of labor, shaped by economic factors and daily moral control, resulting in the devaluation of their presence in the labor market. The double burden and the naturalization of domestic labor reflect a capitalist logic that relegates women to tasks not recognized as productive, despite the social expectation of their participation in the workforce under less valued roles and unequal pay. Drawing on the works of György Lukács and Friedrich Engels, this study starts from the origin of labor division and private property to understand the formation of gender inequalities. Based on Lukács's concept of ideology, it explores how ideas materialize within the socio-historical system. Finally, with insights from Frigga Haug and Eleanor Leacock, the historical devaluation of women's domestic labor is examined. It concludes that only a structural transformation of social relations can overcome gender contradictions in capitalism.

**Keywords:** Capitalism; Social inequalities; Subjugation of women; Domestic labor.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre o papel da mulher e a sua posição em uma sociedade de classes só é possível quando o desenvolvimento dialético-histórico da história das classes sociais no sistema capitalista é compreendido, não em sua aparência, mas em sua essência, lançando luzes, assim, sobre uma rede complexa de controle social dos sujeitos históricos. A exploração da mulher, potencializada pelo capital, precisa levar em conta, neste caso, a promoção ideológica e material das desigualdades sociais perpetuadas pelo sistema.

A temática do papel da mulher no mundo do trabalho é o ponto de partida das feministas que buscam compreender a subjugação dupla da mulher no mundo do capital por uma base histórica-material. A mulher, no contexto capitalista, é controlada pelos fatores financeiros das relações sociais e pelos fatores domésticos diários, que no cotidiano, lhe impõe um controle social e moral sobre as suas ações, além da desvalorização da sua presença no mercado de trabalho.

A dupla jornada de trabalho a que são submetidas as mulheres e a desvalorização do trabalho doméstico são perpetuadas ideológica e materialmente sob a mistificação capitalista de que o papel da mulher é relegado ao mundo doméstico, ao mesmo tempo em que existem expectativas sociais sobre a sua presença no mundo do trabalho, sempre em cargos menos valorizados e com salários discrepantes ao dos homens.

Para realizar a aproximação da concepção de ideologia trazida por Gyorgy Lukács na “Ontologia do Ser Social - volume 2”, a pesquisa se desenvolverá por um caminho que inicia pelos apontamentos iniciais da desigualdade social e de gênero a partir da divisão do trabalho e do surgimento da propriedade privada, utilizando, primordialmente, o referido texto de Lukács (2013), além do seguinte texto de Engels: “A origem da família, do estado e da propriedade privada” (2012).

No segundo tópico, de forma breve, será analisado o conceito de ideologia de Lukács e a sua reprodução no mundo material, para melhor compreender como a ideia da reificação das relações sociais é realizada de no atual sistema sócio-histórico.

Por fim, a pesquisa aponta, a partir das teóricas Frigga Haug e Eleanor Leacock, como o trabalho doméstico foi historicamente relegado as mulheres como uma forma não produtiva de trabalho, de forma a realizar o controle sobre a sua reprodução e presença no mundo material, tendo como consequência todas as formas de opressão ocasionadas pelo patriarcado no mundo moderno.

Será possível concluir, tendo em vista a delimitação do presente trabalho, que a divisão do trabalho e o surgimento da propriedade privada são as causas primárias da domesticação do trabalho e das opressões que as mulheres sofrem no mundo capitalista, de forma que, apenas com uma mudança substancial na essência das desigualdades sociais, será possível superar essas contradições.

## **APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E DE GÊNERO**

A compreensão da divisão do trabalho perpassa necessariamente uma compreensão daquilo que Lukács (2013) chama de os complexos de problemas mais importantes, deixando claro que, nenhum desses complexos pode ser compreendido isoladamente, por isso, a compreensão da situação da mulher e, especificamente, da divisão sexual do trabalho, só pode ser apreendida dentro de uma constituição global. Por isso, “a economia marxiana, ao contrário, parte sempre da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade” (Lukács, 2012).

Assim,

até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas

em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações (Lukács, 2013).

O trabalho é originariamente, em sua essência, destinado à satisfação de necessidades do ser social, sendo intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da práxis humana e à transformação material da realidade. O trabalho, fora da realidade da propriedade privada, permite que os sujeitos desenvolvam a si mesmo e à sua potencialidade através da sua atividade consciente. Desta forma, “(...) o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social (...)” (Lukács, 2013).

O trabalho molda assim a práxis social, ao mesmo tempo em que demonstra a relação recíproca do homem e a natureza e os processos causais que dela resultam. Molda assim, a consciência do homem face a si mesmo e à realidade material que o determina. Portanto, “a realização do elemento genérico no indivíduo é indissociável daquelas relações reais nas quais o indivíduo produz e reproduz sua própria existência, ou seja, é indissociável da explicitação da própria individualidade” (Lukács, 2012).

A posição ontológica segundo a qual o ser humano, na medida em que é ser humano, é um ser [Wesen] social; segundo a qual, em todo ato de sua vida, como quer que este se espelhe em sua consciência, o ser humano sempre e sem exceções realiza de modo contraditório a si mesmo e simultaneamente ao respectivo estágio de desenvolvimento do gênero humano (Lukács, 2012).

O trabalho pautado pelos valores de usos da sociedade é aquele fundado na necessidade humana de produção e reprodução natural, em relação recíproca junto ao mundo orgânico e inorgânico, respeitadas as barreiras naturais. A mudança paradigmática da produção do valor de uso para o valor de troca, impõe a sociabilidade e a produção à divisão social do trabalho, que, em contraponto, aliena o sujeito de sua produção e de si mesmo.

A consequência é que “o desenvolvimento desigual é possível na medida em que existe uma avançada divisão social do trabalho” (Lukács, 2012). De tal forma, a desigualdade social é um reflexo da divisão social do trabalho, logo, a desigualdade da posição da mulher na sociedade do capital é um reflexo da divisão sexual do trabalho.

Entretanto, a compreensão da evolução histórica da inserção da mulher no mundo do trabalho e do capital só pode ser realizada quando se leva em conta o desenvolvimento material e histórico da propriedade privada, raiz das desigualdades sociais. Desta forma, quando Engels (2012), em texto escrito em 1884, dispõe que,

foi na transição da selvageria para a barbárie, com o surgimento da propriedade privada, que as opressões do homem sobre a mulher e do homem sobre outros homens é desenvolvida, assimila-se mais uma vez a necessidade de que o estudo da opressão da mulher seja conhecido em seu contexto histórico-material.

Neste contexto, o trabalho é limitado à sua forma de produção de mais-valor, que possa ser extraída, apropriada e explorada pelo capital, enquanto, a produção básica da subsistência, que, é feita pelas mulheres em ambiente doméstico, não seria trabalho por falta de sua produção capaz de acumular capital. Desta forma, considera-se que “the separation from and the superimposition of surplus-producing labour over life-producing labour is an abstraction which leads to the fact that women and their work are being ‘defined into nature’” (Mies, 1998).

Primeiro, é necessário realizar um adendo a uma concepção comumente mal interpretada: o trabalho e a divisão do trabalho só adquirem essa essência reificadora nas relações sociais permeadas pelo capital, de forma que, “a divisão do trabalho entre os dois sexos depende de outras causas que nada tem a ver com a posição da mulher na sociedade” (Engels, 2012). Logo, a divisão do trabalho em sua essência, pautada pela necessidade<sup>3</sup> e não pela alienação, não reproduz as desigualdades sociais modernas. Deste jeito, “a senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem uma posição social bem inferior à mulher bárbara, que trabalha duramente...” (Engels, 2012).

A compreensão histórica da evolução da mulher e das relações familiares<sup>4</sup>, tendo como base os escritos de Lewis Morgan e Bachofen (Engels, 2012), permite que seja percebida nas comunidades primitivas, a existência de *gens* que possuíam a mulher como núcleo do desenvolvimento, não apenas familiar, mas social, permitindo que a sua sexualidade determinasse de forma livre, a reprodução humana.

---

<sup>3</sup> (...) a consequente dispensa de estruturas formais de poder ou de grupos de prestígio; a distribuição equânime do poder entre mulheres e homens para além da simples e pouco formal divisão sexual do trabalho; a peculiar distribuição de tarefas, igualmente valorizadas, entre ambos os sexos; a liberdade sexual exercida, na mesma medida, por homens e mulheres; o compromisso naturalmente assumido por todos os adultos da comunidade pela criação – amorosa – da geração em crescimento; “o puro gosto de viver, festejar, conversar, cantar” imbricado ao medo torturante do insucesso na caça, da fome, da morte, em um contexto de tamanha proximidade aos desígnios da natureza: estes são, de um modo geral, os ingredientes do comunismo primitivo legado à história pelos povos caçadores-coletores (Leacock, 2019).

<sup>4</sup> “Maleness and femaleness are not biological givens, but rather the results of a long historical process. In each historic epoch maleness and femaleness are differently defined. This definition depends on the principal mode of production in (hese epochs. This means the organic differences between women and men are *differently interpreted and valued*, according to the dominant form of appropriation in natural matter for the satisfaction of human needs (Mies, 1998)”.

Aqui, reside a essência do apontamento da transição da sociedade matriarcal para a sociedade patriarcal. A sexualidade feminina, que outrora fora exaltada nas baladas e poemas de Ésquilo, precisou ser suprimida, para que, a linhagem paterna e a herança fossem devidamente asseguradas.

Engels (2012) é claro sobre a transição do direito materno para o paterno,

O desmoronamento do direito materno foi a *grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação. Essa degradada condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maiores suavidade, mas de maneira alguma suprimida.

Desta forma, aponta-se que a família monogâmica “não se baseava em condições naturais, mas econômicas...” (Engels, 2012). O surgimento da propriedade privada que suplantou a propriedade comunal, moldou as relações sociais as suas necessidades, exigindo, “a escravização de um sexo pelo outro” (Engels, 2012). A sociedade privada tem como consequência a mudança das relações socioafetiva familiares, mudando a lógica de reprodução social, não apenas através da materialidade, mas utilizando-se de construções ideológicas para réplica de uma lógica alienante.

Com as alterações substanciais das formas de produções sociais e do matriarcado para o patriarcado, as mulheres tiveram tiradas de si, a condição de sujeito social, relegadas ao plano doméstico, onde deviam exercer as atividades de manutenção da unidade familiar. Assim, “the hierarchical division of labour between men and women and its dynamics form an integral part of the dominant production relations, that is, the class relations of a particular epoch and society, and of the broader national and international divisions of labour” (Mies, 1998).

A divisão social do trabalho ocorre quando ocupações específicas se tornam autônomas entre si, alcançando seu estágio mais desenvolvido com a mediação da tecnologia. Ainda que assuma formas complexas no modo de produção capitalista, essa divisão não é exclusiva dele, estando presente desde os primeiros momentos do desenvolvimento social humano.

Lukács (2013) observa que, nas fases iniciais dessa diferenciação, “as formas mais elevadas dessa diferenciação social dizem respeito apenas a campos isolados

de trabalho”, evidenciando o caráter restrito e localizado da especialização em contextos sociais primitivos.

## IDEOLOGIA E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Tendo por base o trabalho como pressuposto de todos os fenômenos sociais, que exerce inter-relações nos mais diversos complexos do ser social, a ideologia pode ser compreendida como uma forma ideal de elaboração da realidade, cuja função é tornar a práxis social consciente e apta à ação.

Enquanto momento prévio à práxis — o que ele denomina de “pôr teleológico” —, a ideologia delinea os caminhos pelos quais a ação humana se objetivará no processo do trabalho. Ela emerge da necessidade de resolver os conflitos sociais próprios de uma dada estrutura histórica, atuando no *hic et nunc* da vida social, isto é, no aqui e agora da existência coletiva.

Nesse sentido, a ideologia é, simultaneamente, expressão e instrumento da luta social, assumindo formas distintas conforme as contradições e interesses das classes que compõem a sociedade (Lukács, 2013),

Referimo-nos ao encobrimento do mais-valor pelo lucro, que surge de modo economicamente espontâneo e é indispensável à práxis capitalistas, àquele mundo fenomênico capitalista, no qual o mais-valor desaparece completamente atrás do lucro e a reificação que assim surge e que deforma a essência do processo se converte em fundamento real inabalável de toda práxis capitalista (Lukács, 2013).

Dessa forma, a compreensão de que as formas capitalistas se escondem sobre a forma aparente, escondendo a essência dos fenômenos, é essencial, para a compreensão de como a desigualdade social, aí inclusas as formas de opressão das mulheres, é constantemente demonstrada por formas veladas na realidade social. Logo, sua essência só pode ser percebida quando compreendidos os pores teológicos e as cadeias causais de sua produção. Lukács é claro ao afirmar que “só a investigação ontológico-genética da essência pode trazer à tona a verdade sobre o mundo fenomênico” (Lukács, 2013).

Assim, Lukács parte da concepção materialista de que o ser social se distingue ontologicamente pelo trabalho, isto é, pela atividade teleológica transformadora. A capacidade de teologicamente antecipar o resultado do trabalho. Nesse contexto, a consciência não é uma instância autônoma, mas uma mediação

ativa entre o ser e a prática. Logo, “o ser social é o fundamento ontológico da consciência. A ideologia, enquanto forma superior de consciência social, só pode ser explicada a partir de sua base ontológica, enraizada na vida prática” (Lukács, 2013).

A consciência ideológica emerge, portanto, da reprodução da vida social, vinculada às posições de classe e às formas historicamente concretas de organização social de forma que, “a ideologia deve ser concebida como um modo historicamente necessário de apreensão e organização da realidade social, e não como simples ilusão ou deturpação” (Lukács, 2013).

De tal forma, a consciência não é uma instância exterior ou reflexa, mas um momento interno do ser social, determinado pela prática social concreta. A ideologia, nesse sentido, é compreendida como forma de consciência social originada na objetividade histórica e nas relações sociais em curso. Lukács (2013) afirma que “o ser social é o fundamento ontológico da consciência. A ideologia, enquanto forma superior de consciência social, só pode ser explicada a partir de sua base ontológica, enraizada na vida prática”.

A consciência como um ato coletivo é um ato direto contra a concepção como um ato individualizado do sujeito, observe-se que não se nega aqui, por toda, que o sujeito esteja despido de toda e qualquer subjetividade, apenas não se pode colocar subjetividade como uma entidade metafísica alheia a materialidade do mundo, tal qual a consciência do sujeito. A consciência é

A compreensão ideológica, então, só pode ser compreendida a partir de uma relação material determinada por um tempo histórico, na qual é expressa suas relações dialéticas fundantes em todas os complexos do ser social. De tal forma, o patriarcado, a consciência e as relações gêneros e diversas outras categorias, determinam e são determinadas por estes outros complexos, em uma relação dialética material-ideológica.

O patriarcado seria então, reflexo de uma base estrutural contraditória, que, por sua vez, permite que seja reproduzido no mundo material a diferenciação do papel da mulher em formas também contraditórias. Conforme explicita Vogel (2013), “a concept of patriarchy capable of being linked with the theory of class-struggle, which posits each mode of production as a specific system of structures through which one class exploits and subordinates another”.

## **A DOMESTIFICAÇÃO DO TRABALHO**

Inicia-se este tópico valendo-se da concepção de Mies (1998) que aponta como o trabalho feminino é, muitas das vezes, desconsiderado enquanto trabalho produtivo dentro da lógica do capital. O trabalho feminino, aí incluído o trabalho doméstico e de reprodução não é, quando comparado ao trabalho do homem, considerado produtivo. Consequentemente “under capitalism the concept of labour is generally used with a male or patriarchal bias, because under capitalism, women are typically defined as housewives, that means as non-workers” (Mies, 1998).

Ainda, se o trabalho doméstico não é considerado como trabalho, no sentido utilizado no capitalismo, e apenas homens realizam o trabalho, e conforme Lukács (2013) afirma, é apenas através do trabalho que o ser humano realiza as suas potencialidades, o trabalho doméstico é relegado a atividade natural e apenas o trabalho masculino é considerado trabalho humano (Mies, 1998).

A compreensão do trabalho doméstico fora da produtividade limita a compreensão do trabalho em si, ao considerar trabalho apenas aquilo que produz mais-valor com potencial de ser apropriado, desconsidera todas as necessidades básicas que só são supridas fora da lógica estrita do capital.

It is my thesis that this general production of life, or subsistence production - mainly performed through the non-wage labour of women and other non-wage labourers as slaves, contract workers and peasants in the colonies - constitutes the perennial basis upon which ‘capitalist productive labour’ can be built up and exploited (Mies, 1998).

Mies (1998) aponta que tal concepção desconsidera que a produtividade da mulher é condição de todas as outras produtividades, sendo a base da produtividade humana em si, de forma que, sem a produtividade da mulher parece a produtividade dos homens. A autora aponta como a atividade coletora da mulher, nos primórdios sociais, garantia a sobrevivência da comunidade, sendo prioritária, até mesmo em face da atividade de caça dos homens<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>“Elisabeth Fisher gives us further examples of still existing foraging peoples among whom women are the main providers of the daily food, particularly in the temperate and southern zones. But she also argues that the gathering of vegetable food was more important for our early ancestors than hunting. She refers to the study of coprolites, fossil excrement, which reveals that groups that lived 200,000 years ago on the southern French coast mainly survived on a diet on shellfish, mussels and grains, not meat. Twelve-thousand-year-old coprolites from Mexico suggest that millet was the main staple food in that area”(Mies, 1998).

Haug (2018) aponta que “Mies afirma que a colonização da Ásia, África e América Latina foi pré-condição para a emergência do proletariado masculino e para a domesticação de suas mulheres”. A concepção errônea de muitos antropólogos e cientistas sociais tem o potencial de reprodução de uma ideologia que serve para “legitimizar as relações existentes de exploração e dominação entre homens e mulheres, classes e povos como universais, atemporais e ‘naturais’” (Mies, 1998).

A forma como a ideologia é constantemente mal representada por teóricos e antropólogos não pode ser tomada simplesmente como uma má percepção da realidade, mas como, primeiro, o capital se representa de forma dissimulada perante a sociedade e segundo, como existem teóricos que não realizam o esforço, seja por não ser seu objeto seja por lhe faltar método para ir além das aparências imediatas das relações sociais.

Essa compreensão é importante porque uma das formas por meio da qual o patriarcado se apropria da divisão sexual do trabalho é por meio da transformação de antigas formas de apropriação. Logo, esta divisão trouxe um processo de naturalização do papel da mulher como doméstico, excluindo seu trabalho da esfera produtiva do capital, configurando a domesticação do trabalho da mulher, e por conseguinte, o controle sobre a reprodução sexual das mulheres (Mies, 1998).

Assim, “the house and the family, was ‘defined into nature’, but private, domesticated nature, while the factory became the place for public, social (‘human’) production”, essa definição, contudo, não ocorreu de maneira pacífica, mas foi resultado de anos de coerção e violência contra a sexualidade feminina e a autonomia de sua produção. Essa violência e coerção se manifestaram de formas diferentes, de acordo com o período histórico, mas podendo serem citadas a escravidão imposta às mulheres do continente africano e a caça às bruxas, que mataram milhares de mulheres na Europa (Mies, 1998). Em suas palavras,

O conceito, porém, oculta o fato de que as atividades masculinas são consideradas aquelas verdadeiramente humanas (isto é, conscientes, racionais, planejadas), enquanto as femininas, por sua vez, parecem determinadas principalmente por sua “natureza”. Além disso, esse termo oculta que, entre atividades masculinas (“humanas”) e femininas (“naturais”), há uma relação de dominação e, em última análise, uma relação de exploração (Mies, 2016).

A Domesticação do trabalho é uma consequência da divisão sexual do trabalho que condiciona o trabalho doméstico como não produtivo, de forma que não deve ser pago. Assim, a não remuneração do trabalho doméstico é, sem sombra de

dúvidas, uma das condicionantes do lucro do capital. Logo, nas palavras de Bennholdt-Thomsen (Haug, 2018) “(...) a Domestificação do trabalho significa a manutenção violenta do posicionamento inferior e dependente da mulher, isto é, equivale a ‘trabalho forçado’”.

A Domestificação do trabalho é, assim, uma condição para que o trabalho assim chamado pelo capital de produtivo socialmente seja produzido, trabalho este, no qual, a mulher, ainda sim, não tem o seu trabalho reconhecido em igual valor. Trata-se então de uma consolidação de um sistema de dupla violência, em que a mulher é punida, tanto no ambiente público, quanto no ambiente doméstico.

Pode-se apontar que “a posição da mulher na vida social (matriarcado etc.) depende de que a multiplicação da riqueza empreste às funções econômicas do homem um peso maior que às da mulher” (Lukács, 2013). Assim, as questões econômicas, centralizadas na vida social pelo capital, reproduzem e determinam as contradições da vida do ser social, sendo instrumentalizadas pelo próprio capital, como um modo de perpetuação do seu próprio controle, em um sistema material-ideológico autopoietico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo evidenciou que a opressão da mulher no sistema capitalista não pode ser compreendida de forma isolada, desvinculada das condições ontológico-históricas que fundamentam as relações sociais de produção e reprodução.

A partir da abordagem teórica desenvolvida por Lukács em sua “Ontologia do Ser Social”, articulada com as contribuições clássicas de Engels sobre a origem da propriedade privada, tornou-se possível apreender a divisão sexual do trabalho como um fenômeno estruturalmente enraizado nas contradições do modo de produção capitalista, que reproduz desigualdades e opressões por meio de mecanismos ideológicos e materiais.

O conceito de trabalho, enquanto atividade teleológica constitutiva do ser social, revelou-se fundamental para a compreensão da domesticação do trabalho feminino, que opera como uma forma de invisibilização e desvalorização das tarefas reprodutivas, historicamente naturalizadas e excluídas da esfera da produção capitalista. Tal domesticação representa um dispositivo ideológico e material que

subordina a mulher à condição de sujeito dependente, limitando sua participação como agente pleno na produção social.

Ademais, a análise da reprodução ideológica das desigualdades evidenciou que o patriarcado, longe de ser um sistema autônomo, está interligado às relações de classe e à lógica da acumulação capitalista, conforme teorizado por autoras feministas como Maria Mies, Frigga Haug e Eleanor Leacock. Nesse sentido, a ideologia, enquanto forma superior de consciência social, atua para ocultar as contradições subjacentes e legitimar a manutenção da divisão sexual do trabalho, naturalizando papéis e expectativas que sustentam a estrutura patriarcal.

Por conseguinte, conclui-se que a superação da opressão de gênero no capitalismo demanda uma transformação radical da totalidade social, que ultrapasse reformas pontuais e alcance as bases ontológicas e materiais da produção e reprodução social. Apenas mediante a superação das contradições estruturais que articulam a exploração econômica e a opressão de gênero será possível avançar em direção a uma sociedade emancipatória, na qual a igualdade e a autonomia das mulheres sejam efetivamente realizadas.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**; tradução de Leandro Londer – 3.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HAUG, Frigga. **Verbete Hausfrauisierung**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**; Tradução de Susana Vasconcelos Jimenez. – São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LUKÁCS, Gyögy. **Para uma ontologia do ser social I** – 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2012

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2** – 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2013.

MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the international division of labour.** London: Zed Books, 1998.

MIES, Maria. **Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista.** Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory /new introduction by Susan Ferguson and David McNall.** Boston: Leiden, 2013.